

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
(Em milhares de reais)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 Atividades das empresas do grupo

A controladora, bem como a controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) tem como atividades principais o planejamento e a execução de projetos e obras de engenharia civil, compra, venda e incorporação de imóveis, bem como participação em outras sociedades.

A Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. em 10 de julho de 2008 adquiriu 99,95% do capital da Reserva de Incorporações Ltda., posteriormente alterada para Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto I Ltda., destinada a construção de apartamentos para comercialização. Em 2009 a empresa iniciou as suas atividades operacionais.

A empresa Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto II Ltda foi constituída em 03 de setembro de 2008, sendo a participação da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda de 99,95% do capital. destinada a construções de apartamentos para comercialização. Em 2014 a empresa não havia iniciado suas atividades operacionais.

Desde 1998, todos os contratos de obras e serviços, com exceção de obras públicas, passaram a ser executados pela controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE).

A receita da controladora foi em sua maioria oriunda da recuperação de custos e despesas administrativas cobradas de sua controlada ATE e de contratos de obras públicas executados para a Prefeitura Municipal de São Paulo e Barueri, Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo, Companhia Paulista de Trens Metropolitanos CPTM e Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes.

1.2 Estratégia operacional

A companhia tem como estratégia operacional a manutenção da sua lucratividade.

As principais medidas são:

- a) A empresa equacionou seus débitos fiscais e está participando de licitações de obras públicas no segmento de infraestrutura, mercado este onde a empresa tem grande tradição. Para o exercício de 2015 a expectativa é que o faturamento seja da ordem de R\$ 25.000..
- b) Executar com resultado a prestação de serviços não oriundas de órgãos públicos direcionada para a ATE desde 1998. A controlada ATE pretende faturar no exercício de 2015 cerca de R\$ 300.000 a 350.000, seguindo projeção baseada na carteira de obras contratadas e nas expectativas de novos contratos.
- c) Investir preferencialmente em treinamento de pessoal, buscando melhorar sua produtividade e rentabilidade.

- d) Continuar racionalizando a estrutura organizacional da companhia.
- e) Permanecer no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS onde em 2014 foi feito acordo com a Receita Federal para pagamento até 28 de fevereiro de 2050 (vide nota 20bIII)
- f) Viabilizar a incorporação de projetos imobiliários em terrenos disponíveis (aproximadamente 100.000 m2) de sua propriedade, na área urbana da cidade de São Paulo os quais possuem valor de mercado muito superior ao contabilizado.
- g) A empresa possui três precatórios junto ao Governo do Estado de São Paulo, no valor total de R\$ 1.380 e um precatório baixado do ativo em 2013 (vide nota explicativa 20c e 20h5) É intenção da empresa, aguardar pelo recebimento dos mesmos ou trocá-los por outros recebíveis para quitação de passivos fiscais, sem realizar perdas econômicas.
- h) Prosseguir com as ações de cobrança ajuizadas contra o Departamento de Estradas de Rodagem – DER, objetivando êxito no recebimento de correção monetária e juros decorrentes de atrasos nos pagamentos de créditos da empresa e com a ação para recebimento do precatório nº 203/83 no valor de R\$ 3.848 baixado conforme item g acima.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras da Sociedade compreendem:

As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como **Consolidado**.

As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como **Controladora**.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais (Controladora) apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Até 31 de dezembro de 2013 essas demonstrações financeiras individuais não eram consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo de aquisição. Com a emissão do pronunciamento IAS 27 revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com o IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de

2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, aprovando e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Sociedade optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- **Caixa e equivalentes de caixa**

As disponibilidades são avaliadas pelo custo. Compreendem numerários em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos. As aplicações financeiras são registradas com base no valor da operação acrescida dos rendimentos auferidos, até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

- **Contas a Receber de Clientes**

As contas a receber são reconhecidas pelo seu valor nominal, que é o valor líquido de realização esperado, trata-se de operações de curto prazo não trazidas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas demonstrações financeiras, e incluem o valor das medições efetuadas no final do exercício assim como a evolução das obras, correspondentes aos serviços executados e não faturados até a data do balanço. E uma provisão para perdas na realização dessas contas a receber (provisão para créditos de liquidação duvidosa ou impairment) pode ser reconhecida quando existir uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das Contas a receber.

- **Estoques**

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

- **Estoque de Imóveis e Imóveis comercializados**

São avaliados ao custo de aquisição, ou valor de mercado, dos dois o menor e os imóveis comercializados ao valor de negociação a receber.

- **Demais ativos circulantes e realizável a longo prazo**

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável os rendimentos auferidos.

- **Investimentos**

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas foram registrados pelo seu valor de aquisição e atualizado pelo método de equivalência patrimonial.

- **Imobilizado**

Composto pelos bens tangíveis registrados ao custo de aquisição, líquidos da depreciação e/ou perdas para redução ao valor recuperável. Os gastos incorridos com reparos e manutenção que representam melhoria, aumento da capacidade ou de vida útil, são capitalizados, enquanto que os demais gastos são registrados no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme divulgado na nota 11.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

- **Arrendamento Mercantil**

Os contratos de arrendamento mercantil são financeiros conseqüentemente transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo.

Nesses contratos os ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras como um ativo e passivo de igual valor, baseados no valor justo do ativo ou no valor presente dos pagamentos mínimos, determinados no início do arrendamento mercantil. Os custos iniciais diretamente atribuíveis ao arrendamento mercantil são adicionados ao montante reconhecido como um ativo.

- **Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos de terceiros, são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

- **Avaliação do valor recuperável de ativos (Impairment)**

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos (financeiros e não financeiros) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

- **Empréstimos e financiamentos**

Atualizados com base nas variações monetárias, acrescidos dos respectivos encargos incorridos, até a data de encerramento do exercício.

- **Imposto de renda e Contribuição social**

São computados em conformidade com as disposições da legislação tributária vigente. As alíquotas aplicáveis aos impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidas sobre diferenças temporárias na extensão em que a sua realização seja provável.

As alíquotas definidas atualmente para a determinação do imposto de renda e da contribuição social, correntes e diferidos, são de 25% e 9%, respectivamente

- **Provisões para contingências**

Provisões para contingências relacionadas a processos trabalhistas, tributários, cíveis e comerciais, nas instâncias administrativas e judiciais, são reconhecidas sempre que for avaliado como provável por seus assessores legais ou a melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes na data do balanço.

- **Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo**

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias.

- **Receitas**

As receitas referentes aos contratos de construção em andamento são reconhecidos no resultado de acordo com as medições efetuadas mensalmente e conseqüentemente no exercício, e ou evolução das obras.

- **Destinação dos resultados e distribuição de lucros**

A Companhia remunera seus acionistas através do dividendo mínimo estabelecido no Estatuto Social da Companhia, deduzido dos juros sobre o capital próprio líquido de imposto de renda. Por se tratar de uma obrigação legal, prevista no estatuto social da Companhia, esses valores foram lançados no passivo circulante.

A sua controlada ATE destina seus resultados entre distribuição de lucros e reservas conforme previsto na legislação societária brasileira. Com relação à remuneração aos acionistas, a ATE se utiliza da modalidade de juros sobre capital próprio respeitando os critérios e limites definidos pela legislação brasileira. O reflexo fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

- **Lucro por ação**

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações em circulação.

- **Demonstrações financeiras consolidadas**

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram eliminados os saldos das contas patrimoniais em comum e os resultados intersociedades, realizados e não realizados até a data do balanço, após o efeito dos impostos.

As conciliações entre o lucro do exercício e o patrimônio líquido da controladora e do consolidado não apresentam diferenças.

- **Reconhecimento das demonstrações contábeis dos Consórcios**

Estão registrados em conformidade com as Normas e Procedimentos de Contabilidade definido no NPC17 emitido pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e o novo pronunciamento contábil - CPC 17. (nota 20 a).

- **Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”).**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte das suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista ou obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Instituição	Tipo de aplicação	Remuneração média mensal em 2014	Controladora		Consolidado	
			2014	2013	2014	2013
- Aplicações financeiras						
Banco do Brasil	CDB-DI	99,0% CDI	1.589	3.251	18.458	7.575
Banco Bradesco	CDB-DI	100,0% CDI	1.014	-	1.289	170
Banco Itaú	COMPROMISSADA					
	DI	98% CDI	1.125	1.747	1.125	1.747
Banco Hsbc	DI -LONGO PRAZO	100% CDI	-	-	2.052	-
Outros			-	-	9	6
			3.728	4.998	22.933	9.498
- Caixas e bancos			288	140	479	1.465
			4.016	5.138	23.412	10.963

As aplicações estão atualizadas com base nos rendimentos auferidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

5. CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Contas a receber	4.460	353	6.911	19.303
Serviços executados e não faturados	9.010	9.902	42.835	47.852
	<u>13.470</u>	<u>10.255</u>	<u>49.746</u>	<u>67.155</u>

6. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Estoques de material de construção e peças de manutenção	361	1.214	4.240	6.219
Material de revenda	-	-	4.678	7
	<u>361</u>	<u>1.214</u>	<u>8.918</u>	<u>6.226</u>

7. ESTOQUE DE IMÓVEIS

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Azevedo & Travassos S.A. (a)	11.786	11.670	11.786	11.670
ATDI - I	-	-	-	362
ATDI - II	-	-	1.294	1.259
	<u>11.786</u>	<u>11.670</u>	<u>13.080</u>	<u>13.291</u>
Menos - parcela do circulante	-	-	1.294	1.621
Parcelas a longo prazo (b)	<u>11.786</u>	<u>11.670</u>	<u>11.786</u>	<u>11.670</u>

(a) O lote Elísio e o lote 9 foram transferidos do Ativo Imobilizado para o Realizável a Longo Prazo em 2012.

Em 2013 com a conclusão do desmembramento dos terrenos da companhia em Pirituba na matrícula nº 107.267 do 8º Cartório de Registro de Imóveis foram também transferidos os terrenos lotes 3, 4, 5, 6, 7 e 8.

		Controladora	
	m ²	2014	2013
LOTE Elísio	22.999	3.756	3.742
LOTE 9	30.937	2.687	2.585
LOTE 3	5.465	698	698
LOTE 4	4.343	555	555
LOTE 5	1.348	138	138
LOTE 6	1.536	136	136
LOTE 7	18.144	2.031	2.031
LOTE 8	17.207	1.785	1.785
	101.979	11.786	11.670

Permanece no ativo imobilizado o lote 1 (55.568 m²) onde esta localizada a sede da companhia.

- (b) Em virtude de ainda não se ter uma previsão de concretização da venda dos lotes os valores estão contabilizados no Realizável a Longo Prazo.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR E OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Despesas pagas antecipadamente	10	8	1.257	959
Impostos a recuperar (a)	-	-	3.064	102
Caução de aluguel	61	35	466	650
Caução de obras	-	-	1.353	130
Conta corrente Consórcio Constran(nota 20 a1)	-	-	229	386
Conta corrente Consórcio Mendes (nota 20 a2)	-	-	215	238
Depósito judicial bloqueado	-	239	107	239
Outras contas a receber	16	-	72	561
	87	282	6.763	3.265

- (a) Parte do valor em 2014 de R\$ 3.064 (R\$ 102 em 2013) no consolidado trata-se de créditos de material de revenda (ICMS, COFINS e PIS) e retenções (IR e CSLL).

9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADA

A companhia mantém investimentos apenas na Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

	Participação no final do exercício %		No patrimônio líquido		No resultado do exercício	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
	99,95	99,95	51.672	46.464	2.664	1.387
Total			<u>51.672</u>	<u>46.464</u>	<u>2.664</u>	<u>1.387</u>

O capital social, subscrito e integralizado da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., é composto em 2014 de 16.410.500 cotas (13.865.000 cotas em 2013)..

O patrimônio líquido da controlada é de R\$ 51.701 (R\$ 46.491 em 2013) e o seu lucro líquido do exercício é de R\$ 2.665 (R\$ 1.389 em 2013). A controladora em 16 de dezembro de 2014, aumentou o capital da controlada em R\$ 2.544.

A controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda, mantém investimentos na Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto I Ltda (ATDI-I) e Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto II Ltda (ATDI-II).

	Participação no final do exercício %		No patrimônio líquido		No resultado do exercício	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
ATDI - I	99,95	99,95	411	837	(426)	43
ATDI - II	99,95	99,95	10	10	-	-
Total			<u>421</u>	<u>847</u>	<u>(426)</u>	<u>43</u>

	Patrimônio líquido		Resultado do exercício	
	2014	2013	2014	2013
ATDI - I	401	828	(427)	43
ATDI - II	10	10	-	-
	<u>411</u>	<u>838</u>	<u>(427)</u>	<u>43</u>

10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Operações:				
- Contrato de aluguel (a)	487	468	-	-
- Receita bruta de serviços (b)	8.949	10.084	-	-
- Transferência de terreno (c)	-	-	1.050	1.050
- Juros S/ Capital distribuído (d)	-	-	1.976	1.961
- Juros S/ Capital pago	-	-	2.006	1.995
- Juros S/ Capital a pagar (d)	-	-	469	499
- Lucros distribuído (e)	-	-	-	2.499
- Lucros pago (e)	-	-	1.464	1.035
- Lucros a pagar (e)	-	-	-	1.464
- Outras partes relacionadas (f)	-	-	1.148	774
- Mútuo entre ATE e ATDI-II (g)	-	-	234	199
- Cessão prejuízo fiscal (h)	2.544	-	-	-

(a) Refere-se a aluguel pago pela ATE a controladora pelo uso imóvel / sede.

(b) Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, as operações entre a controladora Azevedo & Travassos S.A. e sua controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda, foram, em sua maioria, repasses de despesas rateadas em função de prestação de serviços realizados em condições compatíveis com o mercado, em preços e prazos.

(c) Em 02 de setembro de 2010 a controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda transferiu para a Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto II Ltda, um lote de 3.922m2, por R\$ 1.050, através de instrumento particular de confissão de dívida com pagamento previsto para 31 de dezembro de 2015.

(d) A controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda, conforme proposta da sua diretoria registrou juros sobre o capital próprio em 31 de dezembro de 2014 de R\$ 1.976 (R\$ 1.961 em 31 de dezembro de 2013), valor líquido deduzido de 15% do IRRF dos juros sobre capital próprio. Em 31 de dezembro de 2014 ficou saldo a pagar de R\$ 469 (R\$ 499 em 31 de dezembro de 2013).

(e) A Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto I Ltda, realizou em 30 de setembro de 2013 a distribuição de lucros para controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda (ATE) de R\$ 2.499. Esse valor foi compensado com pagamentos feitos para a ATE.

(f) Trata-se de compra de materiais (mantas importadas da Raychen) da Intech Engenharia Ltda e prestação de serviços (desenvolvimento imobiliário) da HMendes Arquitetura e Paisagismo Ltda.

(g) Refere-se mútuo entre a empresa ATE e sua controlada ATDI II.

(h) A Azevedo \$ Travassos S.A. cedeu à Azevedo & Travassos Engenharia Ltda prejuízo fiscal IRPJ e base de cálculo negativo CSLL, através de Instrumento Particular de Cessão e Confissão Dívida de 31 de outubro de 2014. A Azevedo \$ Travassos S.A com esta cessão aumentou o capital na Azevedo & Travassos Engenharia Ltda , aprovado pelo Conselho de Administração em 16 de dezembro de 2014.

- Honorários dos administradores e benefícios.

Em 31/12/2014, as despesas com a remuneração do pessoal-chave da Administração, o que inclui o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, reconhecidas no resultado do período, totalizam R\$ 2.088 (R\$ 1.942 em 31 de dezembro de 2013), conforme quadro abaixo:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Benefícios de Curto Prazo		
- Salário ou Pró-Labore (i)	1.959	1.813
- Benefícios (ii)	129	129
- Bônus	<u>0</u>	<u>0</u>
Total	<u><u>2.088</u></u>	<u><u>1.942</u></u>

(i) Inclui remuneração fixa (salários,, honorários e férias).

(ii) Benefícios: assistência médica, refeição e seguro de vida.

A Companhia não tem plano de remuneração variável nem plano de remuneração baseado em ações.

11. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação %	Controladora		
		31/12/2014		31/12/2013
		Custo	Depreciação	Líquido
Edifícios e benfeitorias	4	4.373	(1.423)	2.950
Máquinas e equipamentos	10	733	(624)	109
Outros	10	426	(210)	216
		5.532	(2.257)	3.275
Terrenos		522	-	522
Reavaliação de terrenos e edifícios		7.815	(503)	7.312
		13.869	(2.760)	11.109

	Taxa anual de depreciação %	Consolidado		
		31/12/2014		31/12/2013
		Custo	Depreciação	Líquido
Edifícios e benfeitorias	4	4.432	(1.463)	2.969
Máquinas e equipamentos	10	20.642	(11.481)	9.161
Veículos	10	15.731	(6.444)	9.287
Outros	10	8.278	(4.258)	4.020
		49.083	(23.646)	25.437
Terrenos		522	-	522
Reavaliação de terrenos e edifícios		7.815	(503)	7.312
		57.420	(24.149)	33.271

A mutação do saldo do imobilizado:

	Controladora				
	31/12/2013	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2014
Edifícios e benfeitorias	3.797	576	-	-	4.373
(-) Depreciação Acumulada	(1.261)	(162)	-	-	(1.423)
Máquinas e equipamentos	733	-	-	-	733
(-) Depreciação Acumulada	(550)	(74)	-	-	(624)
Outros	382	52	(6)	(2)	426
(-) Depreciação Acumulada	(194)	(24)	6	2	(210)
Terrenos	522	-	-	-	522
Reavaliação de terrenos e edifícios	7.815	-	-	-	7.815
(-) Depreciação Acumulada	(444)	(59)	-	-	(503)
	10.800	309	-	-	11.109

A mutação do saldo do imobilizado:

	Consolidado				
	31/12/2013	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2014
Edifícios e benfeitorias	3.856	576	-	-	4.432
(-) Depreciação Acumulada	(1.298)	(165)	-	-	(1.463)
Máquinas e equipamentos	19.160	1.009	(1.847)	2.320	20.642
(-) Depreciação Acumulada	(9.199)	(1.701)	915	(1.496)	(11.481)
Veículos	13.843	2.274	(386)	-	15.731
(-) Depreciação Acumulada	(5.125)	(1.502)	185	(2)	(6.444)
Outros	7.659	898	(278)	(1)	8.278
(-) Depreciação Acumulada	(3.739)	(679)	157	3	(4.258)
Terrenos	522	-	-	-	522
Reavaliação de terrenos e edifícios	7.815	-	-	-	7.815
(-) Depreciação Acumulada	(444)	(59)	-	-	(503)
	33.050	651	(1.254)	824	33.271

Em 31 de dezembro de 2014 está registrado no ativo circulante um saldo de R\$ 0 (R\$ 824 em 31 dezembro de 2013) referente ativo não circulante mantido para venda. A redução decorreu da venda da sonda AT-07 no valor de R\$ 436 e com a incorporação da sonda AT-04 e equipamentos auxiliares para outros imobilizados da empresa no valor de R\$ 388.

Tendo em vista, principalmente, a valorização recente de seus imóveis, a companhia entende que passa a ser provável que venha a usufruir dos benefícios econômicos associados a um ativo não depreciável (terrenos). Dessa forma, conservadoramente, reconheceu em 31 de dezembro de 2012, o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre a reserva de reavaliação anteriormente constituída, conforme estabelece o item 39 da Resolução CFC 1263/09.

A empresa tem imóveis no valor de R\$ 22.570, que foram avaliados por R\$ 72.639, através de laudo de avaliação feito por empresa especializada em 22 de janeiro de 2014.

Custo Atribuído (deemed cost)

A companhia não exerceu a opção de adoção do custo atribuído a seus ativos imobilizados, conforme definido na interpretação técnica ICPC 10.

12. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização %	31/12/2014			Consolidado 31/12/2013
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Softwares	20	2.944	(1.940)	1.004	940
		<u>2.944</u>	<u>(1.940)</u>	<u>1.004</u>	<u>940</u>

A mutação do saldo do intangível:

					Consolidado
	31/12/2013	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2014
Softwares	2.527	417	-	-	2.944
(-) Amortização Acumulada	(1.587)	(353)	-	-	(1.940)
	<u>940</u>	<u>64</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.004</u>

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Moeda nacional	Encargos	Vencimentos	Consolidado	
			31/12/2014	31/12/2013
. Capital de giro	1,22% a.m.	Janeiro de 2015 a Janeiro de 2016	12.264	6.759
. Empréstimo Imobiliário (a)	8,30% a.a.	Final obra a Junho de 2015	-	1.138
. Finame	9% a.a.	Janeiro de 2015 a Março de 2019	1.054	1.426
. Financiamento CDC	1,15% a.m.	Janeiro de 2015 a Abril de 2019	1.897	1.109
. Arrendamento mercantil	1,20% a.m.	Janeiro de 2015 a Agosto de 2018	2.774	3.773
			<u>17.989</u>	<u>14.205</u>
Menos - parcela do circulante			<u>14.616</u>	<u>9.890</u>
Parcela a longo prazo			<u>3.373</u>	<u>4.315</u>

Os empréstimos estão garantidos por notas promissórias mais aval dos diretores e alienação fiduciária dos bens.

- (a) Foi assinado em 24 de junho de 2010 e rerratificação em 09 de agosto de 2011 do contrato particular para construção empreendimento imobiliário denominado Condomínio Quinta do Bosque pela Azevedo & Travassos Desenvolvimento Projeto I Ltda e o Banco do Brasil S.A. Com garantia de hipoteca dos imóveis, fiança de diretor e da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. Sua quitação ocorreu em Dezembro de 2014.

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS – OUTROS IMPOSTOS

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Curto prazo				
Impostos a recolher (COFINS, PIS e outros)	1.037	1.750	7.120	6.863
Parcelamentos (LEI 11.941) (a)	-	-	-	755
	<u>1.037</u>	<u>1.750</u>	<u>7.120</u>	<u>7.618</u>
Longo prazo				
Parcelamentos (LEI 11.941) (a)	-	-	-	3.252
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.252</u>

- (a) Em 04 de setembro de 2009, a controlada ATE, aderiu ao programa de parcelamento de tributos instituído pela Lei 11.941/09 - Parcelamento Especial (NOVO REFIS), débitos do cofins e pis e migração de débitos já objeto de Parcelamento da Receita Federal e Parcelamento Especial-PAES INSS, de que trata a Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, para essa nova modalidade. O saldo devedor do NOVO REFIS está sendo amortizado de acordo com a Lei 11.941/09, acrescido de atualização monetária. Em 10 de junho de 2011 foi objeto de consolidação pela Receita Federal.

QUITACÃO

Com a obtenção dos benefícios concedidos pelo artigo 33 da Medida Provisória 651/2014, regulamentada pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 15/2014 e considerando-se que o saldo devedor do parcelamento especial, Lei 11.941, celebrado em 2009, perfazia o montante de R\$ 3.634 mil em 30/10/14, a ATE efetuou, nesta data, o pagamento em espécie de R\$ 1.090 mil e utilizou o Prejuízo Fiscal do IRPJ e Base de Cálculo Negativa do CSLL de R\$ 2.544 mil cedidos pela Controladora Azevedo & Travassos S.A quitando, assim, este débito.

15. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Seguros a pagar	-	-	1.019	802
Adiantamento de clientes	-	-	-	25
Outras	51	116	90	322
	51	116	1.109	1.149
Menos – parcela do circulante	51	96	1.109	1.129
Parcelas a longo prazo	-	20	-	20

16. PATRIMONIO LIQUIDO

a) Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 está composto por 9.000.000 ações ordinárias, 18.000.000 ações preferenciais, sem valor nominal, totalizando 27.000.000 ações. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas têm prioridade no recebimento de dividendos.

Em 30 de abril de 2014, foi realizada a Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, sendo a principal deliberação a aprovação da redução do capital social em R\$ 25.849, mediante a absorção integral do saldo de prejuízos acumulados em 31 de dezembro de 2013. Em razão da redução o capital da Companhia passou de R\$ 53.896 para R\$ 28.047.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Para todas as classes de ações está previsto o pagamento de dividendo mínimo anual obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da legislação societária.

Os dividendos em 31 de dezembro de 2014 foram calculados como abaixo:

Cálculo dos dividendos			
Lucro líquido do exercício			7.075
(-) Reserva legal (R\$ 7.075 X 5%)			(354)
(+) Realização de reserva de reavaliação			59
Lucro líquido ajustado			6.780
Dividendo mínimo obrigatório (25%) (R\$6.780 x 25%)			1.695
Forma de pagamento			
	valor bruto	IRRF	valor líquido
Juros sobre o capital próprio (I)	1.402	(210)	1.192
Dividendos (II)			503
TOTAL			1.695

I) O Conselho de administração em reunião realizada em 05 de dezembro de 2014, “ad referendum” da Assembléia Geral Ordinária, deliberou creditar juros sobre capital próprio R\$ 1.402 em 29 de dezembro de 2014 e pagamento em 30 de dezembro de 2014, correspondente a R\$ 0,051939143 por ação, por conta do dividendo mínimo obrigatório de 2014.

II) O dividendo obrigatório é contabilizado no passivo circulante.

c) Retenção de Lucros

A Administração propõe a retenção do lucro remanescente no valor de R\$ 4.875 para reforço de Capital de Giro e também fortalecimento e preservação do seu Patrimônio Líquido. Este reforço é essencial neste momento de escassez de crédito pelo mercado financeiro.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	8.866	4.355	10.480	5.019
ATDI I calculo pelo lucro presumido	-	-	427	(51)
Adições:				
- Provisão não dedutível	222	-	822	(21)
- Despesas indedutíveis	860	483	1.648	600
Exclusões:				
- Equivalência	(2.664)	(1.387)	-	-
- Juros sobre o capital próprio	(1.402)	-	(1.402)	-
- Prejuízo Fiscal	(1.764)	(1.036)	(1.764)	(1.036)
Base de cálculo	4.118	2.415	10.211	4.511
Alíquota (%)	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social líquido do adicional	(1.377)	(796)	(3.420)	(1.485)
Incentivo fiscal	67	32	131	67
Imposto de renda e contribuição social ATDI I (lucro presumido)	-	-	-	(8)
Prejuízo Fiscal -ativo fiscal diferido (nota 20 e)	(600)	3.957	(600)	3.957
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(1.910)	3.193	(3.889)	2.531
Imposto de renda e contribuição social - diferido (a)	119	130	485	130
	<u>(1.791)</u>	<u>3.323</u>	<u>(3.404)</u>	<u>2.661</u>

(a) Foram registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias.

A administração da Companhia procedeu à análise dos principais impactos da conversão da MP 627, na Lei 12.973, em maio de 2014, e concluiu que a antecipação de seus efeitos para 2014 não trariam impactos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e assim decidiu não antecipar os seus efeitos conforme a Lei faculta.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A companhia não possui instrumentos financeiros que possam ser caracterizados por operações com derivativos, conforme instrução CVM 235/95.

19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Salários e encargos	5.356	5.800	9.985	10.415
Serviços contratados de terceiros	281	198	3.202	3.081
Outros	801	848	2.722	2.773
Total	<u>6.438</u>	<u>6.846</u>	<u>15.909</u>	<u>16.269</u>

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Conta corrente dos Consórcios

O saldo da conta corrente dos Consórcios está demonstrado no ativo/passivo consolidado (nota explicativa 8) e está representado por transferência de numerários, fornecedores e reconhecimento da participação sobre o resultado apurado no consórcio.

a.1) Consórcio Constran – Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. - Mineroduto Paragominas (PA)

Em 31 de dezembro de 2014, o prejuízo acumulado do consórcio foi de R\$ 37.297 (R\$ 37.229 em 2013), sendo a participação da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda nesse prejuízo equivalente R\$ 18.648 (R\$ 18.615 em 2013).

Os valores oriundos do Consórcio e incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. foram, também, objeto de revisão especial pelos auditores independentes até 31 de dezembro de 2006, sendo que para o exercício de 2007 a 2014 as movimentações foram consideradas imateriais.

a.2) Consórcio Mendes Júnior-Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. - Gasoduto Cacimbas - Catu (BA)

Em 31 de dezembro de 2014, o resultado apurado com base no balanço do consórcio e ajustado conforme determina a NPC 17 totalizou R\$ 19.947 (R\$ 20.091 em 2013), sendo a participação da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., nesse lucro equivalente R\$ 7.979 (R\$ 8.036 em 2013).

Os valores oriundos do Consórcio e incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda, foram objeto de revisão especial pelos auditores independentes em 2008 e 2009. De 2010 a 2014 as movimentações foram consideradas imateriais.

b) REFIS Federal

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Passivo Circulante	1.268	1.230	1.268	1.230
Passivo Não Circulante	43.322	43.751	43.322	43.751
Total	<u>44.590</u>	<u>44.981</u>	<u>44.590</u>	<u>44.981</u>

- l) A Sociedade optou pela inclusão de seus débitos fiscais consolidados no Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 9.964/2000 que prevê a liquidação do débito parcelado à razão de 1,2% da receita bruta mensal apurada pelo contribuinte devedor.

- II) Pelo artigo 14º da Lei nº 9964, de 10/04/2000, que instituiu o REFIS, as obrigações decorrentes dos débitos incluídos no REFIS não serão consideradas para fins de determinação de índices econômicos vinculados a licitações pela administração pública direta ou indireta e em operações de financiamentos realizadas por instituições financeiras oficiais federais.
- III) A partir de junho/14, a Companhia, atendendo notificação da Receita Federal, adequou a parcela do REFIS, de tal modo que o prazo para quitação do débito não ultrapassasse 50 anos desde sua adesão ao programa. Deste modo, o prazo máximo ficou estabelecido para 28/02/2050. O valor da parcela será calculado, a partir de 30/06/14, dividindo-se o saldo do extrato do REFIS, incluindo a TJLP do mês, pelo número de parcelas faltantes para o prazo final. Na hipótese de 1,2% sobre a Receita Bruta da Companhia vier a ser maior do que o valor da parcela, calculado conforme descrito acima, este deverá ser o valor adotado, seguindo o critério original estabelecido no REFIS. O saldo do extrato em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 44.590 (R\$ 44.981 em 2013)

c) Precatórios a receber

Refere-se a precatórios oriundos de ações judiciais relativos a desapropriação de terreno promovido pela Fazenda Estadual e cobrança de juros e correção monetária sobre atrasos de pagamentos de contas a receber do DER/SP. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia pautada em conduta conservadora resolveu baixar de seu ativo os créditos decorrentes do Precatório Judicial, extraído da Ação Ordinária promovida contra o DER processo nº 203/83, em tramite perante a 4 Vara da Fazenda Pública de São Paulo, no valor de R\$ 3.848 após a análise do relatório com as informações de risco encaminhado pelo escritório de advocacia que patrocina o referido processo. Em 31 de dezembro de 2014 apresenta um saldo de R\$ 1.380 (R\$ 1.380 em 31 de dezembro de 2013).

d) Provisão para Contingências - Ações trabalhistas, fiscais e cíveis

Em 31 de dezembro de 2014, está provisionado o montante de R\$ 2.000 (R\$ 2.000 em 2013), e no consolidado R\$ 4.600 (R\$ 4.000 em 2013) o qual, conforme a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

• Controladora

				Processos	2014
Probabilidade de					Provisão
Perda	Trabalhista	Fiscal	Cível	Total	Contábil
Provável	1.933	25	-	1.958	1.958
Possível	35	-	50	85	42
Remota	29	8.180	10	8.219	-
Total	1.997	8.205	60	10.262	2.000

• **Consolidado**

Processos					2014
Probabilidade de Perda	Trabalhista	Fiscal	Cível	Total	Provisão Contábil
Provável	2.226	33	-	2.259	2.259
Possível	1.526	15	3.081	4.622	2.341
Remota	9.734	9.429	2.562	21.725	-
Total	13.486	9.477	5.643	28.606	4.600

• **Controladora**

Processos					2013
Probabilidade de Perda	Trabalhista	Fiscal	Cível	Total	Provisão Contábil
Provável	1.561	-	-	1.561	1.561
Possível	95	31	752	878	439
Remota	-	12.385	-	12.385	-
Total	1.656	12.416	752	14.824	2.000

• **Consolidado**

Processos					2013
Probabilidade de Perda	Trabalhista	Fiscal	Cível	Total	Provisão Contábil
Provável	1.969	-	-	1.969	1.969
Possível	1.937	48	2.077	4.062	2.031
Remota	2.155	13.845	4.304	20.304	-
Total	6.061	13.893	6.381	26.335	4.000

	Controladora			Consolidado		
	Movimento no exercício			Movimento no exercício		
	2014		2013	2014		2013
Trabalhista (a)	1.950	342	1.608	2.988	51	2.937
Fiscal	25	9	16	41	17	24
Cível	25	(351)	376	1.571	532	1.039
Total	2.000	-	2.000	4.600	600	4.000

A Companhia e suas Controladas são parte em processos trabalhistas e cíveis em andamento na esfera judicial, e processos tributários em andamento nas esferas judicial e administrativa. As provisões relativas a esses processos são classificadas quanto à probabilidade de perda provável e possível.

A Companhia e suas Controladas possuem ações de natureza trabalhistas, cíveis e tributárias, que não estão provisionadas pois envolvem risco de perda classificada pela Administração e seus advogados como remota. O valor considerado nessa classificação corresponde à somatória dos valores atribuídos às causas pelos demandantes.

Os riscos tributários classificados como remotos são compostos, na sua maioria, por autos de infração e pedidos de compensação ainda pendentes de discussão na

esfera administrativa e processos judiciais cujos débitos foram quitados ou tiveram a incidência de prescrição reconhecida.

Os processos trabalhistas em que a Companhia e suas Controladas são partes são promovidos por ex-colaboradores e terceiros, cujos pedidos se constituem em pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas extras, indenizações, demais consectários trabalhistas e verbas decorrentes de responsabilidade subsidiária. A provisão destes leva em consideração a evolução dos processos e o histórico de perdas nos últimos exercícios.

A Companhia e suas Controladas possuem processos de natureza cível, que referem-se principalmente à questões indenizatórias, regressivas e discussões de cláusulas e cumprimento de contratos. A provisão desse risco leva em consideração a evolução dos processos e o histórico de perdas.

e) Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa da contribuição social

e.1) HISTÓRICO

	<u>TOTAL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Prejuízos fiscais IRPJ períodos de 2000 a 2008		36.673	-
Base negativa de CSLL períodos de 2000 a 2008		-	36.676
Total do prejuízo fiscal e base negativa		36.673	36.676
CRÉDITOS			
Créditos prejuízos fiscais IRPJ (36.673 x 25%)	9.168	9.168	
Créditos base negativa de CSLL (36.676 x 9%)	3.301		3.301
Total dos créditos (1)	12.469	9.168	3.301
UTILIZADO			
Para quitação débitos fiscais lei nº 11941/09	283	176	107
DIPJ período 2009 - IRPJ e CSLL	81	60	21
DIPJ período 2010 - IRPJ e CSLL	260	191	69
DIPJ período 2011 - IRPJ e CSLL	258	190	68
DIPJ período 2012 - IRPJ e CSLL	388	285	103
DIPJ período 2013 - IRPJ e CSLL	353	258	95
DIPJ período 2014 - IRPJ e CSLL	600	441	159
Cessão IRPJ e CSLL para ATE quitar parcelamento	2.544	1.870	674
Total dos valores utilizados (2)	4.767	3.471	1.296
Saldo para ser utilizado (1- 2)	7.702	5.697	2.005

e.2) DEMONSTRATIVO DOS VALORES RECONHECIDOS NO ATIVO CRÉDITOS FISCAIS EM 31/12/2014

	<u>TOTAL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
RECONHECIDO			
a) Reconhecido em 2012 como Imposto Reserva de Reavaliação	1.889	1.389	500
b) Reconhecido como lucros tributários futuros até 31/12/2013	8.957	6.619	2.338
em 2011	2.400		
em 2012	2.600		
em 2013	3.957		
TOTAL	8.957		
REVERSÃO			
DIPJ período 2014 - IRPJ e CSLL	(600)	(441)	(159)
Cessão em 2014 IRPJ e CSLL para ATE quitar parcelamento	(2.544)	(1.870)	(674)
sub-total (b)	5.813	4.308	1.505
Total reconhecido na conta ativo - Créditos Fiscais (a + b)	7.702	5.697	2.005

Trata-se de prejuízo fiscal do imposto de renda e a base negativa de contribuição social relativo aos períodos de 2000 a 2008 e estão sujeitos à compensação com lucros tributáveis futuros.

Em virtude da companhia estar , gerando resultados tributáveis nos últimos exercícios e apresentar expectativas de realização dos prejuízos fiscais acumulados, em 31 de dezembro de 2011 foi reconhecido o imposto de renda e contribuição social diferida sobre os prejuízos fiscais passíveis de compensação nos próximos 10 anos, que correspondem a R\$ 2.400, trazidos a valor presente.

Em 31 de dezembro de 2012, a Administração da Companhia revisou a operação desse montante por meio de um estudo técnico de viabilidade, recomendando o reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferida sobre os prejuízos fiscais passíveis de compensação nos próximos 10 anos, que correspondem a R\$ 5.000, trazidos a valor presente, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração.

A Companhia procedeu da mesma forma em 31 de dezembro de 2013, apresentando o valor de R\$ 8.957.

Em 31 de dezembro de 2014 a Administração da Companhia realizou estudo técnico “Revisão Periódica do Crédito Fiscal Diferido Reconhecido do Prejuízo Fiscal do IRPJ e da Base de Cálculo Negativa do CSLL”, aprovado pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2015, no valor presente de R\$ 7.605, superior ao saldo reconhecido do crédito fiscal diferido em 31 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 5.813.

Esta revisão foi preparada seguindo as definições da Deliberação CVM n.º 273, de 20 de agosto de 1998, que aprovou o pronunciamento específico emitido pelo IBRACON,

bem como a Instrução CVM n.º 371, de 27 de junho de 2002 e Pronunciamento Técnico CPC 32.

Data base da Compensação	<u>Valor Original</u>	<u>Valor Presente</u>
2015	660	626
2016	726	652
2017	799	680
2018	879	710
2019	966	739
2020 a 2024	<u>6.489</u>	<u>4.198</u>
Total	<u>10.519</u>	<u>7.605</u>

f) Cobertura de seguros

A cobertura de seguros em 31 de dezembro de 2014 é considerada suficiente pela Administração da empresa para cobrir eventuais sinistros.

As premissas de riscos adotados pela empresa, em razão de sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis. Consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

g) Arrendamento Mercantil

Em 31 de dezembro de 2014 a dívida a valor presente reconhecida contabilmente é de R\$ 2.774 (R\$ 3.773 em 31 de dezembro de 2013), sendo os compromissos decorrentes de arrendamento mercantil (principal + encargos) assumidos pela Azevedo & Travassos Engenharia Ltda, relativo à aquisição de equipamentos e veículos, no montante de R\$ 3.871(R\$ 5.215 em 2013), e as parcelas serão devidas nos seguintes períodos:

<u>Exercícios</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
2014	-	2.130
2015	1.957	1.800
2016	1.053	795
2017	604	298
2018	<u>257</u>	<u>192</u>
	<u>3.871</u>	<u>5.215</u>

h) Ações Judiciais Ativas

h.1) Exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e COFINS.

Ações propostas pela Companhia (ATSA) e controlada ATE buscando a exclusão do ISS da base de cálculo do Pis/Cofins e a recuperação dos valores recolhidos a maior. Estima-se o benefício patrimonial decorrentes de tais ações, até 31.12.2014, para a Companhia (ATSA) de R\$ 110 e, para a ATE, de R\$ 3.390. A ação promovida pela ATE foi julgada parcialmente procedente em 1ª e 2ª Instancias, aguardando atualmente a admissão do recurso apresentado. A ação ajuizada pela Companhia aguarda julgamento em 1ª Instancia.

h.2) Ação DER/SP

Ação proposta objetivando a cobrança de créditos decorrentes de contrato administrativo celebrado com o DER, ainda pendente de julgamento em 1ª Instancia, sendo certo que na pericia realizada nos autos, foi apurado, pelo Assistente Técnico indicado, crédito a favor da Companhia (ATSA) no montante de R\$ 10.009, data base jan/2007.

h.3) Ação para exclusão de verbas indenizatórias da base de cálculo do INSS

Ações propostas pela Companhia (ATSA) e a controlada ATE buscando a exclusão das verbas de natureza indenizatória da base de calculo da contribuição previdenciária e a recuperação dos valores recolhidos a esse titulo, sendo a ação ajuizada pela Companhia (ATSA) julgada parcialmente procedente em 1ª e 2ª Instancias, e aquela ajuizada pela Controlada ATE, julgada parcialmente procedente em 1ª Instancia, aguardando julgamento pela 2ª Instancia, não sendo, neste momento, possível a mensuração do benefício patrimonial de ambas as demandas.

h.4) Exclusão do ICMS/ISS da base de cálculo do PIS/COFINS Importação.

Ação proposta pela controlada ATE objetivando a exclusão das exações supra mencionados da base de calculo do Pis/Cofins Importação e a recuperação de valores já pagos, julgada parcialmente procedente em 1ª e 2ª Instancias. Aguarda-se análise do cabimento do Recurso Especial da Fazenda Nacional. Estima-se o benefício patrimonial até 31/12/2014 de R\$ 256.

h.5) Precatório Judicial

Nada obstante a deliberação da Companhia (ATSA), em 31.12.2013, em baixar de seu ativo o valor de R\$ 3.848, referente aos créditos decorrentes do Precatório Judicial, extraído da Ação Ordinária promovida contra o DER, processo nº 203/83, em tramite perante a 4ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, em razão da análise de risco quanto a definição de seu valor, a Companhia continua a discussão judicial no sentido de ver reconhecido e pago o crédito, que segundo os cálculos que entende corretos, importa em R\$ 4.308 mil, em 31.12.2014.

h.6) Multa 10% - FGTS

Ações propostas pela Companhia (ATSA) e a controlada ATE, em 29/01/2014, objetivando a declaração judicial de ilegalidade na cobrança da Contribuição Social prevista no artigo 1º da Lei Complementar n.º 110/2001 (multa de 10%), bem como autorização judicial para depositar mensalmente os valores correspondentes a exação discutida. As ações foram julgadas em 1ª Instancia, sendo favoravelmente à Companhia (ATSA) e desfavoravelmente à ATE, se encontrando ambas em grau de recurso. Até 31.12.2014, haviam sido depositados em Juízo, R\$ 33, pela Companhia (ATSA) e R\$ 477 pela ATE.

* * *